

Desafios e potencialidade das fontes orais no ensino de História em Moçambique: Percepção de alunos e professores de uma escola secundária em Quelimane

*Challenges and Potential of Oral Sources in the Teaching of
History in Mozambique: Perceptions of Students and Teachers
at a Secondary School in Quelimane*

Lázaro Sairosse Mujange¹

<https://orcid.org/0009-0001-6410-2677>

lazarosairosseujange@gmail.com

Resumo

A “memória viva” constitui uma forma ancestral de produção e transmissão do conhecimento histórico nas sociedades africanas, desempenhando um papel central na preservação da memória coletiva e das identidades culturais. Em Moçambique, apesar de se manter como património vivo nas comunidades locais, ela tem sido historicamente marginalizada no contexto escolar, onde predominam fontes escritas e narrativas oficiais. O estudo analisa a utilização da oralidade no ensino de História numa escola secundária de Quelimane, identificando os seus desafios e potencialidades como fonte histórica e pedagógica. É nesse contexto que surge a seguinte questão de pesquisa: Quais são as potencialidades e os desafios da utilização da oralidade no ensino de História numa escola secundária em Quelimane? A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, envolvendo questionários aplicados a 10 professores de História e a 30 alunos da 12.ª classe a nível da escola, bem como entrevistas com personalidades locais reconhecidas como “fontes de história viva”, com o objetivo de compreender a valorização, a prática e as limitações da integração das fontes orais no contexto escolar. Os resultados do estudo revelam que, embora a oralidade seja reconhecida como portadora de valor histórico, cultural e identitário, a sua utilização no ensino é pontual e pouco sistematizada. Apesar do seu elevado potencial pedagógico na aproximação entre escola e comunidade, no fortalecimento da identidade cultural dos alunos e na promoção de aprendizagens significativas, ela apresenta vários desafios, entre os quais, a desvalorização do seu uso no ensino, a falta de formação docente nesta matéria e a ausência de mecanismos institucionais de registo e preservação da memória local.

1. Doutor em Inovação Educativa. Universidade Católica de Moçambique - Nampula, Moçambique.

Palavras-Chave: História oral; fonte histórica; património cultural.

Abstract:

“Living memory” constitutes an ancestral form of production and transmission of historical knowledge in African societies, playing a central role in the preservation of collective memory and cultural identities. In Mozambique, although it remains a living heritage within local communities, it has historically been marginalized in the school context, where written sources and official narratives predominate. The study analyzes the use of orality in the teaching of History in a secondary school in Quelimane, identifying its challenges and potential as a historical and pedagogical source. In this context, the following research question is raised: What are the potentialities and challenges of using orality in the teaching of History at some secondary school in Quelimane? The research adopted a mixed quantitative-qualitative approach, involving questionnaires administered to 10 History teachers and 30 students of the 12th grade at the school level, as well as interviews with local figures recognized as “living history sources,” with the aim of understanding the appreciation, practice, and limitations of integrating oral sources in the school context. The results of the study reveal that, although orality is recognized as carrying historical, cultural, and identity value, its use in teaching is occasional and poorly systematized. Despite its high pedagogical potential in bringing school and community closer together, strengthening students’ cultural identity, and promoting meaningful learning, it presents several challenges, including the devaluation of its use in teaching, the lack of teacher training in this area, and the absence of institutional mechanisms for recording and preserving local memory.

Keywords: Oral history; History teaching; Cultural heritage.

Introdução

O ensino de História nas escolas moçambicanas tem sido marcado pela predominância de fontes escritas e por narrativas oficiais que, muitas vezes, privilegiam perspectivas distantes das experiências locais dos alunos. Essa orientação curricular tende a limitar o contacto dos estudantes com a história vivida nas suas comunidades, contribuindo para um ensino pouco contextualizado e para o enfraquecimento do diálogo entre a escola e os saberes socialmente produzidos.

A investigação tem como objetivo geral analisar os desafios e as potencialidades da oralidade no ensino de História, a partir das percepções de alunos, professores e detentores da memória viva. Neste contexto, procura-se responder à seguinte questão de pesquisa: como é utilizada a oralidade no ensino de História e quais são os seus desafios e potencialidades? Para tal, adotou-se uma abordagem quanti-qualitativa, recorrendo a questionários e entrevistas semiestruturadas, com análise dos dados por estatística descritiva e análise de conteúdo.

Em cidades como Quelimane, onde a memória coletiva é preservada sobretudo por meio da palavra falada, dos relatos de vida e das tradições transmitidas entre gerações, observa-se um distanciamento entre o espaço escolar e o património cultural local. As experiências, os testemunhos e as narrativas dos mais velhos raramente são incorporados de forma sistemática nas práticas pedagógicas, apesar do seu potencial para enriquecer a compreensão histórica e fortalecer a identidade cultural dos alunos. É neste contexto que se insere a presente investigação, que toma a oralidade como objeto de análise no ensino de História, procurando compreender como ela é

mobilizada no quotidiano escolar e quais os obstáculos e possibilidades associados à sua integração como fonte histórica e recurso pedagógico. O estudo assume relevância por problematizar práticas educativas ainda pouco exploradas e por contribuir para a valorização da memória local no processo de ensino e aprendizagem.

O trabalho organiza-se em secções que abrangem o enquadramento teórico, a metodologia, a análise e discussão dos resultados, culminando com as conclusões e recomendações para a prática educativas futuras.

1. A oralidade na construção do conhecimento histórico em Moçambique

1.1. O papel da tradição oral como fonte histórica

A história oral tem suas raízes no desenvolvimento da linguagem humana. Ela foi uma das primeiras estratégias utilizadas pelos grupos sociais para registrar os eventos, sobretudo nas sociedades pré-letradas. Na verdade, a história oral é tão antiga quanto a própria História. Nesse estágio, toda a História era oral (Thompson, 1992):

A história oral tem como base o relato, a narrativa. A narrativa tem sua origem na memória e se constitui a partir da relação dialógica entre os sujeitos, narrador e entrevistador, dentro de um contexto de pesquisa de campo, no qual os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal (Portelli, 2016, p. 15).

Para Cambrão (2019), a tradição oral não é apenas um repertório de “estórias” ou lendas folclóricas, mas um depósito de memória coletiva que revela experiências, valores e eventos socioculturais profundos, necessários à construção de uma historiografia moçambicana inclusiva. As práticas como provérbios, mitologias, rituais e narrativas comunitárias funcionam como “antídotos do esquecimento”, ou seja, mecanismos que preservam e transmitem conhecimento social e histórico que, de outra forma, permaneceria invisível nos registos escritos tradicionais. Essa visão repensa a história não apenas como documento oficial, mas também como vivência, memória e identidade social: “Os documentos de história oral são resultados de relatos, de projetos compartilhados, em que entrevistador/pesquisador e entrevistado/narrador são envolvidos e, nesta perspectiva, possuem aspetos individuais e coletivos” (Santos & Araújo, 2007, p. 192).

Nessa perspectiva, Guila (2023) desloca a discussão para o campo educacional, ampliando o conceito de oralidade como fonte histórica para incluir suas implicações na formação do sujeito dentro da escola. Em Moçambique, grande parte da experiência histórica das comunidades foi tradicionalmente passada de modo oral, incluindo memórias de guerras, resistência anticolonial, práticas culturais e organização

social. Daí que Juliassse (2022) focaliza a tradição oral enquanto método para a pesquisa histórica dentro dos processos educacionais moçambicanos. O autor discute diretamente a tradição oral em teoria isolada, mas demonstra empiricamente que as narrativas orais colhidas por meio de entrevistas, relatos de vida e memórias pessoais produzem conhecimento histórico valioso, que frequentemente não é capturado por documentos oficiais ou arquivos escritos. Essa inclusão metodológica da oralidade enriquece a compreensão das dinâmicas históricas concretas, como experiências de ensino, relações sociais e resistências locais, e evidencia que a oralidade pode ser estruturada e analisada cientificamente como fonte histórica.

Assim, essa análise desloca a oralidade de um papel marginal ou suplementar, típico de abordagens meramente descritivas, para uma função metodológica central na investigação histórica, especialmente sobre temas que envolvem experiências vividas e memórias compartilhadas dentro de comunidades locais.

1.2. Tensões entre fonte escrita e oral

No contexto moçambicano, a tensão entre as fontes históricas escritas e orais expressa não apenas um debate metodológico, mas uma disputa política e epistêmica sobre a legitimidade do conhecimento gerado por cada uma delas. A tradição ocidental da historiografia atribuiu primazia ao documento escrito, tratado como evidência objetiva, verificável e institucionalizada. Entretanto, grande parte da memória social moçambicana, marcada por heterogeneidade étnica, transmissão comunitária, experiências coloniais e resistência cultural, permaneceu preservada por meio da oralidade, o que coloca em questão o monopólio da escrita como prova histórica.

Nessa abordagem, Cabaço (2019) sublinha que o colonialismo português impôs modelos de arquivo e validação baseados na escrita, desqualificando as narrativas orais africanas como “mito” ou “tradição”, e não como história. Essa deslegitimação produziu um efeito persistente: a memória oral foi vista como atrasada, imprecisa ou secundária, enquanto o documento escrito foi associado a autoridade. Assim, a desconexão entre essas fontes é também um conflito entre colonialidade do saber e resistência identitária. A escrita institucional, presente nos relatórios administrativos, arquivos militares ou documentação estatal, frequentemente omite experiências locais, zonas rurais e vozes subalternizadas. A fonte oral, nesse sentido, funciona como contracorrente interpretativa, capaz de revelar dimensões afetivas, sofrimentos coletivos, versões divergentes e memórias silenciadas. Portanto, o que está em disputa não é apenas o suporte material, mas quem tem o direito de narrar o passado.

Do ponto de vista historiográfico, Portelli (2016) recorda que a oralidade possui valor precisamente por revelar sentidos, percepções e interpretações culturais, o que, longe de ser erro, constitui informação histórica sobre mentalidades, identidades

e experiências subjetivas. Essa característica confronta a lógica escrita, que tende a buscar coerência documental e linearidade narrativa.

Além disso, enquanto a escrita opera com fixidez e conservação estática, a fonte oral é dinâmica, performativa e comunitária, sendo reiterada, ajustada ou negociada no espaço social. Isso gera tensões em processos de validação histórica, pois o investigador deve lidar com versões múltiplas, sobreposições de memórias e contradições internas, exigindo crítica e cruzamento interpretativo. Nesse ponto, Voldman (2006) argumenta que a gravação, transcrição e arquivo das entrevistas conferem estatuto científico, mas não eliminam a dimensão subjetiva, e é essa dimensão que revela o lugar da fala, da emoção e da memória afetiva.

A tensão decorre, sobretudo da disputa entre a validade institucional e legitimidade cultural. Superá-la implica reconhecer que a escrita não substitui a oralidade, e a oralidade não corrige automaticamente a escrita. Ambas são fontes complementares que, quando articuladas, produzem consciência histórica plural, descolonizada e socialmente situada.

1.3. Dificuldades na implementação da história oral em Moçambique: da subjetividade à fonte de pesquisa

A integração da história oral nas aulas em Moçambique, embora reconhecida como estratégica para o desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas e culturais, enfrenta múltiplos desafios que se inter-relacionam e refletem fatores pedagógicos, institucionais e socioculturais. Recuperar o passado, seja ele individual ou coletivo, por meio da memória configura-se atualmente como um dos caminhos mais difíceis e desafiadores, porém possíveis, para a redescoberta dos processos de representação social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição de projetos que relacionam o passado, o presente e o futuro (Sampaio; Dantas, 2020).

Existem vários desafios na exploração e uso da memória viva (fontes orais) nas aulas de História a nível da escola apresentada. Há problema de turmas numerosas, que dificultam a mediação de interações investigativas, especialmente quando os alunos precisam de realizar entrevistas, comparar versões dos fatos, registrar falas ou produzir transcrições. Da mesma forma, há déficit de formação docente específica: muitos professores não dominam as metodologias da história oral, como técnicas de entrevista, fraco domínio de línguas locais, ética da escuta, tratamento da subjetividade ou análise crítica da memória. Some-se a isso uma resistência cultural e disciplinar em algumas escolas moçambicanas, onde ainda predominam modelos transmissivos centrados no professor. Nesses ambientes, a memória oral é vista como menos válida que documentos escritos, reproduzindo uma hierarquia colonial do saber que desvaloriza

as tradições orais, mesmo sendo fundamentais para a preservação histórica africana (Ministério da Educação, 2020; Cambrão, 2025).

Outra dificuldade está associada diretamente ao planejamento curricular e à avaliação contínua. Sem formação sólida e instrumentos de avaliação adequados, as práticas de história oral correm o risco de serem superficiais, por exemplo, entrevistas feitas apenas como exigência escolar, sem análise crítica, contextualização ou comparação de fontes. Nesse caso, a atividade oral se converte em mera execução mecânica, incapaz de desenvolver as competências centrais da História: problematizar, interpretar, cruzar evidências e compreender disputas de memórias (Hinda; David, 2024).

Assim, para estes autores, o desafio não está apenas na prática comunicativa, mas em transformá-la em método historiográfico, garantindo:

- Rigor na recolha dos relatos;
- Reflexão crítica sobre memória, trauma, silêncio e esquecimento;
- Compreensão da subjetividade como dado histórico;
- Integração da comunidade no processo educativo.

Quando essas condições são atendidas, a oralidade deixa de ser simples técnica de sala e se torna metodologia de construção histórica, fortalecendo a identidade, pertencimento e agência social.

2. Conexão entre contexto cultural e planejamento

A integração de contextos culturais e materiais relevantes, especialmente quando associada ao uso de fontes históricas orais: depoimentos, memórias individuais, narrativas comunitárias e testemunhos locais, enriquece o ensino de História, tornando-o significativo e próximo da realidade do aluno. Essa abordagem permite que o estudante reconheça a memória social como documento histórico, situando a sua comunidade dentro do processo de construção do passado. No entanto, a escassez de materiais pedagógicos adaptados, o desconhecimento dos contextos locais pelos professores e as barreiras logísticas na recolha, sistematização e produção de recursos baseados em história oral dificultam a consolidação dessa metodologia (Ieda, 2024).

Thompson (2006) destaca que a memória é uma construção social sujeita a disputas e esquecimentos, enquanto Portelli (1997) enfatiza que o valor da oralidade não reside na exatidão factual, mas na interpretação subjetiva da experiência. Honwana (2020) demonstra que a valorização das narrativas comunitárias é essencial para reconstruir memórias silenciadas pelo colonialismo e afirmar identidades locais. Nesta sintonia, Mbembe (2017) argumenta que a produção histórica em Moçambique e, em África, como um todo, exige a superação de um modelo eurocêntrico que privilegia arquivos

escritos e deslegitima formas de conhecimento ancoradas na oralidade, na memória e na ancestralidade. A história oral, nesse sentido, torna-se um instrumento para descolonizar o arquivo e reconhecer a pluralidade das vozes sociais. Do mesmo modo, M'Bokolo (2009) evidencia que a tradição oral africana é um patrimônio intelectual estruturante, cuja preservação permite restituir continuidade histórica, legitimidade cultural e leitura crítica do presente.

3. Educação bilíngue como desafio estrutural em Moçambique

A adoção de modelos bilíngues, utilizando a língua materna (L1) como ponte para o português (L2), é uma estratégia reconhecida por aumentar o valor da história viva, pois favorece a recolha de memórias comunitárias, fortalecendo o uso da oralidade enquanto fonte histórica, especialmente quando os alunos podem expressar-se na língua em que a memória social é gerada. No caso moçambicano, a diversidade linguística, com mais de 40 línguas maternas ativas, torna a língua local um instrumento privilegiado para recolher narrativas históricas, testemunhos e relatos ancestrais, produzindo documentação oral com autenticidade cultural. Entretanto, fatores como a falta de domínio de metodologias de história oral e a resistência de programas escolares às práticas bilíngues limitam a implementação dessa abordagem (Relatório LITES, 2025).

A esse respeito, Mário (2022) argumenta que a marginalização das línguas nacionais na escola reduz a legitimidade das memórias orais como arquivos históricos, criando um fosso entre cultura viva e currículo formal. Da mesma forma, Chiziane (2021) enfatiza que recuperar histórias locais por meio das línguas maternas, sobretudo através de entrevistas aos anciãos, tradições, narrativas e relatos comunitários, constitui passo fundamental para descolonizar o ensino da História e reinserir o aluno em sua própria genealogia cultural. Portanto, a L1 representa, não apenas uma técnica pedagógica, mas instrumento historiográfico e afirmativo de identidade africana.

4. Formação docente e sustentabilidade das estratégias

A formação permanente de professores é essencial para superar muitas das dificuldades mencionadas. No caso específico da oralidade enquanto fonte histórica, a capacitação docente deve contemplar competências como recolha de testemunhos, condução de entrevistas, ética da memória, tratamento de fontes narrativas e análise crítica do discurso. Machili (2020) afirma que a ausência de formação metodológica em história oral impede que professores transformem a memória social em documentação

histórica, resultando em atividades descritivas e pouco analíticas. Para ele, consolidar práticas de entrevista, registo e validação das narrativas comunitárias exige supervisão contínua e políticas institucionais estáveis. Além disso, a baixa frequência de supervisão pedagógica e de acompanhamento sistemático, sobretudo no que diz respeito à implementação de atividades baseadas em fontes históricas orais, dificulta o desenvolvimento de práticas duradouras. Muitos docentes acabam reproduzindo rotinas tradicionais, ainda que reconheçam o potencial da oralidade para registrar memórias locais, valorizar narrativas comunitárias e apoiar estratégias bilíngues.

Por outro lado, Manjate (2023) destaca que a resistência de professores experientes está ligada à falta de apoio técnico e ao excesso de responsabilidades administrativas, fatores que prolongam o tempo necessário para incorporar a oralidade como metodologia historiográfica.

Compreende-se, pois que a formação docente emerge como ponto central que articula técnicas participativas, uso de contextos culturais, programas bilíngues e metodologias de história oral. Sem professores preparados e continuamente acompanhados, mesmo as melhores estratégias de integração da oralidade correm o risco de permanecer fragmentadas, não podendo produzir efeitos pedagógicos consistentes e duradouros no ensino de História.

5. Quelimane como espaço sociocultural de valor histórico em Moçambique

Quelimane constitui um espaço sociocultural marcado por interações históricas entre comunidades costeiras, redes comerciais do Oceano Índico, experiências religiosas múltiplas (islão, catolicismo e crenças locais) e circulação de memórias associadas ao período colonial e ao pós-independência. A cidade guarda tradições de oralidade ligadas aos grupos Sena, Chuabo e Lomué, cuja memória coletiva se mantém por meio de relatos familiares, práticas rituais e narrativas transmitidas pelos mais velhos. A história local moçambicana exige restituir às comunidades o direito de contar o seu próprio passado, contrariando a tendência colonial de centralizar a narrativa escrita nos arquivos metropolitanos. No caso de Quelimane, isso significa legitimar a memória marítima e mercantil, a circulação cultural na Zambézia e a agência histórica de grupos locais que raramente aparecem nos documentos oficiais (Cabaço, 2019).

Moiane (2018) acrescenta que espaços urbanos como Quelimane não podem ser lidos apenas pela lógica administrativa da escrita estatal: a cidade é um arquivo vivo, sustentado por testemunhos comunitários, saberes rituais, provérbios, performances narrativas e histórias que circulam na oralidade. Logo, a história comunitária funciona como fonte de identidade, memória e coesão social.

Assim, Quelimane deixa de ser apenas um cenário geográfico e torna-se um território narrado, no qual a oralidade representa ferramenta de interpretação histórica e de afirmação cultural.

6. Potencialidades da oralidade para o ensino-aprendizagem

A oralidade, entendida como fonte histórica oral, sustentada por narrativas pessoais, memórias coletivas e testemunhos comunitários, não é apenas um veículo de informação, mas também um componente relevante do seu próprio significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais produz densidade linguística, performatividade discursiva e camadas identitárias. A tonalidade, a entoação, as pausas e as ênfases carregam não apenas conteúdos factuais, mas a história e a identidade cultural dos falantes, transmitindo sentidos que ultrapassam a intenção consciente dos depoentes (Portelli, 2016):

A gravação das entrevistas elevou as testemunhas ao estatuto de fontes dignas de fé, pois suas palavras podem ser preservadas, transcritas, arquivadas e reutilizadas pela comunidade científica. Esse procedimento garante honestidade intelectual, reprodutibilidade e memória social duradoura, permitindo reviver eventos esquecidos ou prestes a desaparecer do repertório comunitário (Voldman, 2006, p. 35).

Nesse ponto de vista, a história oral cumpre funções decisivas relacionadas aos três aspetos solicitados:

1. *Reforço da identidade e autoestima cultural*: O testemunho oral possibilita que o sujeito se reconheça como ator histórico, reinscrevendo a sua experiência no tecido social. Como observa Cabaço (2019), reconstruir memórias silenciadas pela violência colonial e pela ruptura sociocultural é condição para restaurar a autoestima coletiva e reinscrever genealogias africanas no tempo presente. A narrativa oral torna-se uma forma de soberania cultural e de afirmação identitária.

2. *Envolvimento da comunidade*: A recolha de fontes orais pressupõe a participação comunitária, escuta ativa e produção partilhada de conhecimento. Moiane (2018) argumenta que práticas de história oral em Moçambique não podem dissociar-se das lideranças locais, dos anciãos e dos depositários de memória; são eles que mantêm a coesão narrativa e legitimam as histórias transmitidas intergeracionalmente. Assim, a comunidade transforma-se em coautora do conhecimento histórico.

3. *Construção de pensamento crítico e consciência histórica*: O acesso a memórias plurais, convergentes ou contraditórias, alimenta a crítica, a comparação de versões e a problematização do passado. Em vez de consumir uma história única, o estudante confronta narrativas, interpreta silêncios e questiona legitimidades. Portanto, a história

oral promove a consciência histórica ao estimular a análise, a dúvida e a reconstrução interpretativa (Cabaço, 2019).

As narrativas orais e os testemunhos constituem uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador, exigindo, tal como as demais, acuidade crítica, cruzamento documental e interpretação rigorosa. Trabalhar com a oralidade implica lidar com subjetividade, lapsos de memória, contradições e disputas simbólicas; daí a necessidade de minúcia metodológica, especialmente ao interpretar informações guardadas e repassadas pelos entrevistados, evitando equívocos hermenêuticos (Portelli, 2016).

Ao permitir que entrevistados revisitem suas vivências, reinsere-os simbolicamente em espaços sociais dos quais muitas vezes se sentem excluídos, convertem-se em sujeitos de memória, agentes de transmissão e guardiões de património cultural. Para as novas gerações, ouvir esses relatos significa sentir, ainda que de forma mediada, aquilo que já não existe no quotidiano, reforçando vínculo cultural e pertença social. Logo, os relatos orais passam a ser reconhecidos como arquivos vivos de identidade, participação comunitária e consciência crítica, despertando crescente interesse entre investigadores comprometidos com metodologias plurais e epistemologias descolonizadas.

7. Metodologia

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso, cujo objetivo consiste em analisar os desafios e as potencialidades da oralidade no ensino de História em uma escola de Quelimane/Moçambique. A opção pelo estudo de caso permite compreender o fenómeno em profundidade, a partir dos seus atores, contextos e práticas sociais (Yin, 2015).

Embora se privilegie a componente qualitativa e enfoque interpretativo, a investigação integra também elementos quantitativos, configurando uma abordagem quanti-qualitativa, adequada quando se deseja articular representações, percepções e frequências empíricas (Creswell, 2010). Quanto à natureza, a pesquisa é exploratório-descritiva, pois permite compreender padrões sociais, expectativas, tensões e dificuldades práticas que emergem no quotidiano escolar apresentada (Babbie, 2016).

A investigação mobilizou duas técnicas principais de recolha de dados: entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionários. Essa combinação responde ao princípio de triangulação metodológica, que fortalece a validade do estudo e evidencia múltiplas dimensões da realidade abordada (Flick, 2009).

A seleção dos participantes obedeceu a critérios de relevância e proximidade com o fenómeno investigado, recorrendo-se a uma amostragem intencional, na qual foram

considerados sujeitos com experiência direta no ensino, aprendizagem e preservação da memória histórica local. Assim, foram selecionados professores de História em exercício, alunos da 12.^a classe e personalidades comunitárias reconhecidas como “fontes de história viva”. A escolha destes participantes fundamentou-se na necessidade de integrar diferentes perspectivas sobre a utilização da oralidade como fonte histórica e recurso pedagógico no contexto escolar.

A investigação foi realizada numa escola secundária localizada na cidade de Quelimane, província da Zambézia, Moçambique. A instituição foi selecionada por constituir um espaço formal de ensino de História onde se observa a interação entre o currículo escolar e os saberes históricos produzidos pelas comunidades locais. A existência de alunos da 12.^a classe, cujo programa curricular contempla alguns conteúdos relacionados com a História de Moçambique, constituiu um elemento determinante para a escolha do campo de pesquisa, permitindo analisar a relação entre a memória comunitária e as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

No primeiro eixo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro personalidades de Quelimane, consideradas “fontes de história viva” - indivíduos reconhecidos pela comunidade por transmitirem memórias, relatos e interpretações sobre acontecimentos históricos locais, com vista a compreender se estes costumam receber alunos e professores em busca de conhecimento sobre episódios históricos que não constam nos arquivos oficiais e não figuram nos anais da história moçambicana. No segundo eixo, é aplicado um questionário a dez professores que lecionam exclusivamente a disciplina de História, com o objetivo de identificar até que ponto estes reconhecem o valor epistemológico das fontes orais, como integram essa prática em sala de aula e que barreiras encontram na transposição didática. O questionário, composto por perguntas fechadas, possibilitou mapear percepções, metodologias e resistências sobre este aspeto (Gil, 2022). No terceiro eixo, foi administrado um questionário a trinta alunos da 12.^a classe, Grupo A, cuja matriz curricular contempla oficialmente História de Moçambique. Busca-se analisar como se procede a oralidade nas aulas, se estes reconhecem a importância da memória comunitária para a compreensão do passado e se já tiveram contacto escolar com “fontes vivas”.

Antes da aplicação definitiva dos instrumentos de recolha de dados, procedeu-se à sua validação, mediante a apreciação crítica por especialistas da área de metodologia de investigação e ensino de História, com o objetivo de verificar a clareza, adequação e pertinência das questões em relação aos objetivos do estudo. Posteriormente, realizou-se um pré-teste dos instrumentos junto de participantes com características semelhantes às da amostra final, permitindo identificar possíveis ambiguidades e efetuar os ajustes necessários para garantir maior consistência e fiabilidade dos dados recolhidos.

Quanto ao tratamento dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo, técnica adequada à identificação de núcleos de sentido, categorias e recorrências discursivas (Bardin, 2011). O procedimento permitiu organizar as informações em três dimensões: (a) o património oral existente na comunidade em Quelimane; (b) Representações docentes sobre a validação pedagógica das fontes orais na escola em estudo; e (c) Percepções dos alunos quanto à aplicabilidade didática da história oral.

A pesquisa observou todos os princípios éticos: autorização institucional, consentimento livre dos participantes, garantia de confidencialidade e uso exclusivo dos dados para fins académicos. Como recomendam Lakatos e Marconi (2017), esses elementos são estruturantes em investigação social, assegurando respeito aos participantes e fiabilidade científica.

A construção do referencial teórico baseou-se em pesquisa bibliográfica realizada em repositórios científicos nacionais e internacionais, bibliotecas físicas e Google académico, conferindo rigor e atualidade analítica ao estudo.

8. Discussão dos resultados

A análise e interpretação dos resultados obtidos nesta investigação permite problematizar, de forma crítica, o lugar da oralidade no ensino de História no contexto escolar estudado. Para organizar essa reflexão, os dados foram estruturados em três categorias analíticas complementares: (a) o património oral existente na comunidade em Quelimane; (b) Representações docentes sobre a validação pedagógica das fontes orais na escola em estudo; e (c) Percepções dos alunos quanto aplicabilidade didática da história oral.

Dessa forma, as evidências apresentadas não se restringem à descrição factual dos dados, mas dialogam com o quadro teórico e com o próprio contexto educativo local, permitindo identificar potencialidades, contradições e obstáculos práticos para a consolidação de uma pedagogia histórica ancorada na memória social viva, perspectiva que vários autores indicam como central para a descolonização curricular e fortalecimento das identidades culturais no espaço escolar e não só. A seguir, discutem-se os principais achados à luz destas dimensões.

I - Análise dos dados resultantes do inquérito por questionário

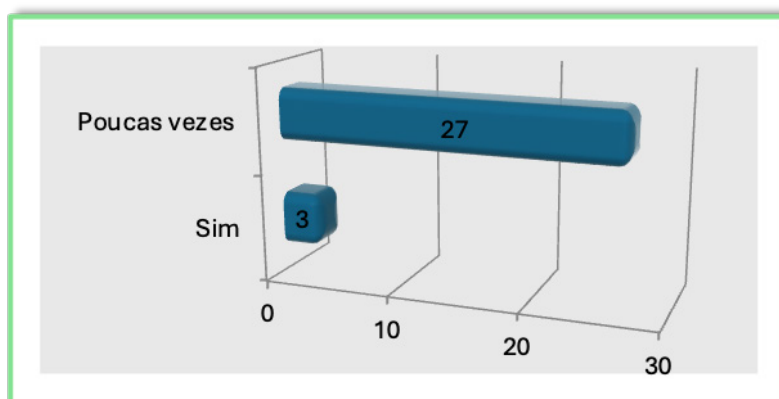
a) O património oral existente na comunidade em Quelimane

Esta categoria permite compreender a partir dos alunos até que ponto a escola reconhece e mobiliza os repositórios de memória local: narrativas, testemunhos, tradições e figuras sociais, que constituem uma fonte histórica viva e singular.



Em relação a este aspeto, são apresentadas evidências empíricas dos participantes (alunos da escola analisada).

Gráfico 1: Participação de alunos em atividades escolares com figuras da comunidade que guardam memória sobre a história oral.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

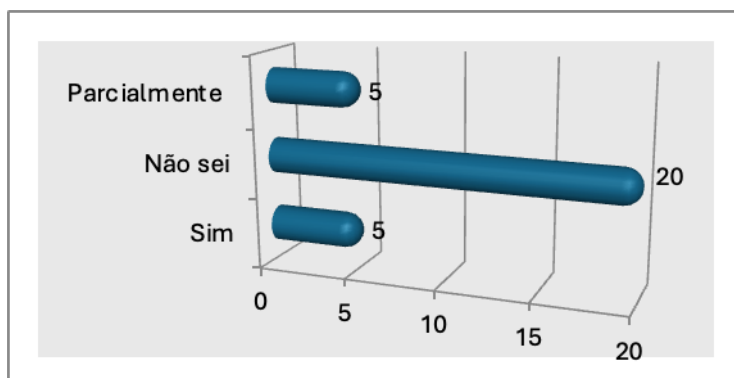
Os dados ilustrados no gráfico acima mostram que apenas 10% dos alunos inquiridos participaram em atividades escolares envolvendo detentores de memória oral, enquanto 90% o fizeram apenas esporadicamente. Esse resultado indica que a oralidade não é uma prática sistemática no ensino, surgindo de forma pontual e dependente de iniciativas isoladas. Tal quadro confirma a persistência de uma lógica escolar que privilegia fontes escritas e marginaliza os saberes orais, reforçando o que Cabaço (2019) identifica como herança epistemológica colonial responsável pelo apagamento das memórias comunitárias.

A reduzida participação dos alunos nessas atividades pode dever-se à ausência de formação docente em história oral e em metodologias de investigação comunitária, como referem Machili (2020) e Manjate (2023). Sem essas competências, a interação com figuras locais da história oral não se converte em prática pedagógica regular. Além disso, denota haver falta de diálogo entre escola, cultura local e línguas maternas, podendo provocar a fragilização de processos identitários, situação destacada por Mário (2022) e Chiziane (2021), como sendo a razão dessa da ruptura.

Assim, a pouca mediação institucional entre escolas e comunidade impede que os detentores do património oral atuem como coautores do conhecimento, contrariando a perspectiva de Moiane (2018) e Portelli (2016), que defendem a escuta de múltiplas memórias como fundamento da consciência histórica crítica. Portanto, o cenário vivido na escola revela um “silêncio pedagógico”, pois o património oral existe, mas permanece fora das práticas pedagógicas, limitando a participação comunitária e restringindo o desenvolvimento histórico-identitário dos alunos.

Outra questão que se colocou aos alunos foi se eles acreditam que a memória oral está bem preservada.

Gráfico 2: Percepção dos alunos sobre o nível de preservação da memória viva em Quelimane

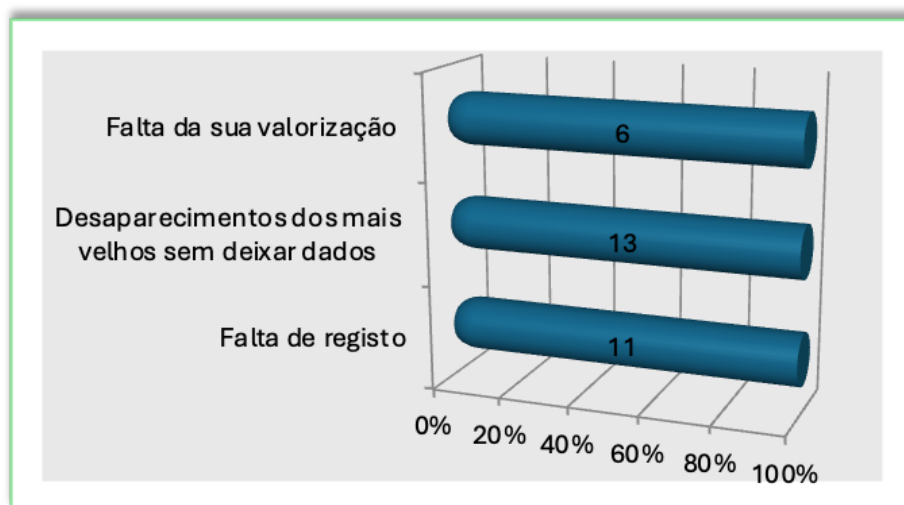


Fonte: Elaboração própria, 2025.

A análise do gráfico revela percepções variadas sobre a preservação da memória oral na comunidade de Quelimane. Apenas 16% dos entrevistados acreditam que esses conhecimentos estão bem preservados, enquanto 17% consideram que a preservação é parcial. A maioria significativa, 67%, demonstra incerteza quanto a essa questão. Isso demonstra que grande parte dos alunos não possui clareza sobre a forma como esses saberes são mantidos ou transmitidos. Cambrão (2019) e Juliasse (2022) destacam que a oralidade desempenha função crucial na transmissão de experiências culturais, valores e acontecimentos sociais. Entretanto, o baixo percentual de respostas afirmativas sugere que, na percepção dos participantes, a preservação do conhecimento oral não ocorre de maneira sistemática nem é suficientemente reconhecida, corroborando a ideia genérica de que a oralidade ainda é marginalizada, especialmente em contextos educativos formais.

Adicionalmente, estudos de Cabaço (2019) e Portelli (2016) apontam para tensões entre fontes orais e escritas, ressaltando que a memória oral frequentemente sofre desvalorização frente aos registos documentais. O fato de 67% dos entrevistados não saberem avaliar o nível de preservação do património oral sugere uma lacuna no acesso ou reconhecimento dessa tradição como fonte legítima de conhecimento histórico, mostrando que na escola apresentada, ainda há um longo caminho a percorrer para que os benefícios da tradição se concretizem de forma perceptível tanto para a comunidade quanto para os alunos.

Gráfico 3: Percepção dos alunos sobre os fatores que podem estar comprometendo a valorização do património oral a nível local



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Com base no gráfico apresentado e à luz da literatura discutida, é possível identificar fatores centrais que comprometem o valor e a preservação do património oral a nível local, em Quelimane, bem como compreender o seu significado histórico, cultural e pedagógico. Os dados revelam que o enfraquecimento da oralidade está diretamente associado à fragilidade dos mecanismos de transmissão intergeracional, de registo sistemático e de reconhecimento social das narrativas orais enquanto fontes legítimas de conhecimento histórico.

O fator mais expressivo diz respeito ao desaparecimento dos mais velhos sem deixar dados, apontado por 43% dos respondentes. Esse resultado confirma as reflexões de Thompson (1992) e Portelli (2016), segundo as quais a memória oral está intrinsecamente ligada aos sujeitos que vivenciaram os acontecimentos e que, ao desaparecerem sem que seus testemunhos sejam recolhidos, levam consigo experiências, interpretações e sentidos históricos insubstituíveis. Ademais, Guila (2023) e Moiane (2018) destacam que grande parte das narrativas sobre a resistência anticolonial, a organização comunitária e as práticas culturais locais nunca foi gravada por escrito, sobrevivendo apenas na oralidade. Assim, a morte dos anciãos não representa apenas uma perda individual, mas o silenciamento definitivo de arquivos vivos de memória coletiva.

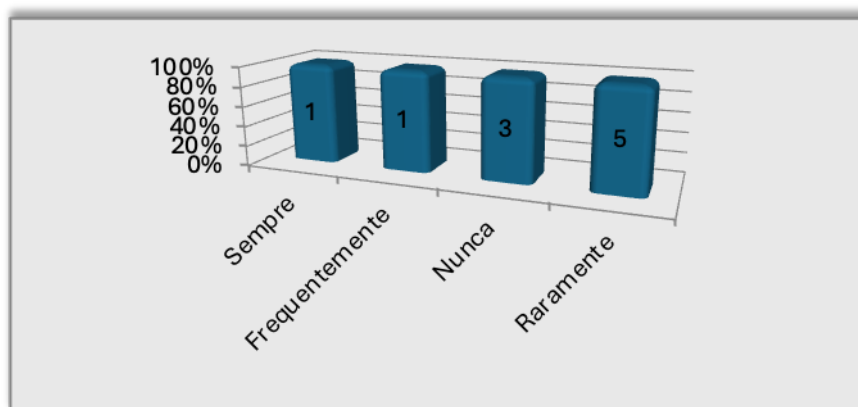
Outro fator relevante identificado no gráfico é a falta de registo, mencionada por 37% dos participantes. Essa percentagem elevada reforça as considerações de Voldman (2006), para quem a gravação, a transcrição e o arquivamento dos testemunhos são condições fundamentais para conferir durabilidade científica e social às narrativas orais.

A falta de valorização da oralidade, embora apareça com uma percentagem menor (20%), apresenta um impacto estrutural significativo. A literatura aponta que essa desvalorização resulta de uma herança colonial que hierarquizou o conhecimento escrito como superior, científico e legítimo, relegando a tradição oral ao estatuto de folclore ou mito (Cabaço, 2019; Mbembe, 2017). Essa lógica reflete-se diretamente no espaço escolar, onde, conforme destacam Mário (2022) e Chiziane (2021), as línguas locais e as narrativas comunitárias são frequentemente marginalizadas. Tal situação reduz o interesse das novas gerações em preservar e transmitir o património oral, enfraquecendo sua continuidade intergeracional e o seu reconhecimento simbólico e social enquanto fonte histórica.

b) Representações docentes sobre a validação pedagógica das fontes orais na escola

A segunda categoria de análise revela como os professores interpretam a legitimidade académica das fontes históricas orais na escola apresentada, indicando os limites formativos, epistemológicos e institucionais que condicionam sua incorporação nas aulas.

Gráfico 4: Frequência com que as fontes orais são usadas nas aulas de História



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A análise dos dados apresentados no gráfico sobre a frequência de utilização de fontes orais nas aulas de História revela um quadro marcado pela baixa incorporação sistemática da oralidade no ensino, apesar do amplo reconhecimento teórico de sua relevância histórica, cultural e pedagógica. Os resultados indicam que 50% dos professores raramente utilizam fontes orais, enquanto 30% afirmam nunca utilizá-las. Apenas 10% referem utilizá-las sempre e outros 10% frequentemente, o que demonstra que a presença da oralidade como fonte histórica nas práticas pedagógicas ainda é residual e pontual.

Esse cenário confirma, de forma empírica, as reflexões apresentadas pela literatura sobre o ensino de História em Moçambique. Embora a tradição oral constitua um pilar fundamental da memória social moçambicana, Thompson (1992), Portelli (2016) e Cambrão (2019) defendem que a sua transposição para o espaço escolar permanece limitada. A predominância das respostas “raramente” e “nunca” evidencia que a oralidade continua a ocupar um lugar marginal no currículo efetivamente praticado, reforçando a tensão entre saber institucionalizado e saber comunitário (Guila, 2023).

A reduzida frequência do uso das fontes orais pode ser compreendida à luz de vários fatores estruturais discutidos na literatura. Em primeiro lugar, a formação insuficiente dos professores em metodologias de história oral, comprometendo a utilização sistemática dessas fontes. Como argumentam Machili (2020) e Manjate (2023), muitos docentes não dominam técnicas de entrevista, critérios éticos, estratégias de registo e análise crítica das narrativas, o que gera insegurança metodológica e leva à reprodução de práticas centradas exclusivamente no manual escolar e no documento escrito. Nesse contexto, mesmo reconhecendo o valor da oralidade, o professor tende a evitá-la por receio de perder o controlo da aula ou de comprometer os critérios de avaliação.

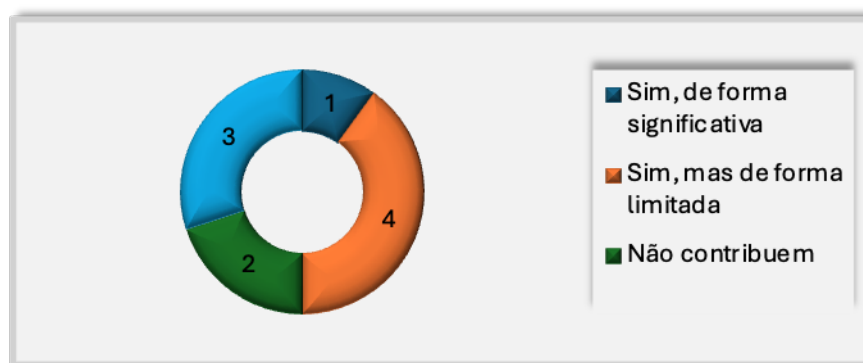
Outro elemento explicativo está relacionado às condições materiais e organizacionais da escola, como turmas numerosas, sobrecarga de conteúdos curriculares e falta de tempo para a planificação e acompanhamento de atividades investigativas. Conforme assinalam Hinda e David (2024) e o IEDA (2024), a recolha e o tratamento de fontes orais exigem tempo, acompanhamento e articulação com a comunidade, condições que nem sempre estão disponíveis no quotidiano escolar. Nessas circunstâncias, a oralidade tende a ser substituída por métodos expositivos mais rápidos e alinhados às exigências avaliativas formais.

Por outro lado, a reduzida percentagem de professores que afirmam utilizar fontes orais “sempre” ou “frequentemente” (20% no total) demonstra que, embora minoritárias, existem práticas pedagógicas contra-hegemónicas que reconhecem a oralidade como instrumento historiográfico e educativo, o que segundo Honwana (2020) permite a valorização das narrativas comunitárias silenciadas pelo colonialismo.

c) Percepções dos alunos quanto aplicabilidade didática da história oral

Nesse aspeto, questionou-se se os alunos creditam que as fontes orais contribuem para ampliar a compreensão sobre a história local.

Gráfico 5: Fontes orais contribuem para ampliar a compreensão sobre a história local



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A análise do gráfico que responde à questão “acredita que as fontes orais contribuem para ampliar a compreensão dos alunos sobre a história local e nacional?” revela percepções diferenciadas. Os dados indicam que 50% dos respondentes reconhecem algum contributo das fontes orais: 10% consideram que contribuem de forma significativa e 40% afirmam que contribuem, mas de forma limitada. Essa distribuição evidencia uma clara ambivalência: a oralidade é reconhecida conceitualmente como relevante, mas sua aplicação prática no ensino ainda é percebida como insuficiente ou pouco eficaz por uma parcela expressiva dos docentes.

Essa ambivalência não indica negação do valor da oralidade, mas reflete sobretudo as condições estruturais, formativas e epistemológicas que limitam sua efetividade pedagógica. Thompson (1992) e Portelli (2016) defendem que a história oral amplia a compreensão histórica justamente por revelar sentidos, experiências e interpretações que não aparecem nos documentos escritos. No entanto, como sublinha Portelli (2016), esse potencial só se concretiza quando a oralidade é trabalhada com rigor metodológico, análise crítica e cruzamento de fontes, o que ajuda a compreender por que 40% dos respondentes reconhecem apenas um contributo limitado. Nessas condições, a oralidade tende a funcionar como ilustração cultural ou complemento narrativo, e não como fonte histórica estruturante, o que reduz seu impacto na compreensão crítica da história local e nacional.

O grupo que considera que as fontes orais não contribuem ou contribuem pouco (50%) expressa, ainda que implicitamente, a persistência da hierarquia epistêmica entre escrita e oralidade. Em contraste, os 10% que reconhecem um contributo significativo das fontes orais aproximam-se da perspectiva defendida por Juliassse (2022) e Mbembe (2017), para quem a oralidade é fundamental na reconstrução de histórias silenciadas e na descolonização do currículo. Esses docentes parecem compreender que a história local, marcada por experiências de resistência, vida comunitária e memória transmitida

oralmente, não pode ser plenamente apreendida apenas por meio de manuais e arquivos escritos.

II. Análise dos dados relativos a entrevista às figuras que representam a memória viva em Quelimane (história oral)

Nesta secção, apresenta-se a análise dos dados coletados por meio das entrevistas realizadas com indivíduos identificados como detentores da “memória viva” em Quelimane. Estes sujeitos, portadores de saberes e experiências históricas locais, constituem fontes valiosas para a compreensão da história oral da região. A análise busca revelar tanto as narrativas pessoais quanto os elementos culturais e sociais que permeiam a transmissão do conhecimento histórico, contribuindo para a preservação da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural local e não só.

- a) De que forma o(a) senhor(a) tem sido procurado(a) por alunos, professores para partilhar os seus conhecimentos sobre a história local de Quelimane, e como avalia o interesse demonstrado por eles?

“Tenho sido procurado, mas de forma muito reduzida, parece que a história oral não está sendo valorizada. Eu fui participante em várias frentes no que concerne à construção deste país, mas infelizmente, ninguém se interessa por aquilo que não está escrito” (FHO1).

“Infelizmente, o interesse pela memória coletiva através da oralidade está reduzindo. Muitas vezes, narro episódios históricos só por diversão aos mais chegados, só como conversa, pois são poucos que se interessam em colher informações para fins académicos” (FHO2).

“São poucos os que se interessam pela memória oral, mesmo em dias que se comemoram datas históricas, vou e volto da praça dos heróis sem que a alguém me faça uma única entrevista, mesmo nos vendo com insígnias que representam a nossa heroicidade, ninguém se interessa” (FHO3).

“Não vejo muito interesse nesse aspeto ” (FHO4).

A análise dos testemunhos recolhidos junto de figuras históricas de Quelimane revela um sentimento persistente de desinteresse, negligência e marginalização da memória oral por parte de alunos, professores e outros investigadores, confirmando o que alguma literatura sobre história oral tem amplamente demonstrado. Segundo Thompson (1992), a oralidade constitui uma das formas mais antigas de construção do conhecimento histórico, permitindo recuperar experiências e vozes excluídas dos registos oficiais. No entanto, os depoimentos evidenciam que a escola continua a privilegiar a escrita como fonte legítima, relegando a memória viva a um plano secundário.

Essa desvalorização reforça a hierarquia epistemológica analisada por Cabaço (2019), segundo a qual a herança colonial impôs o documento escrito como único suporte

válido da história, silenciando narrativas locais e comunitárias. Como consequência, as figuras históricas de Quelimane sentem-se invisibilizadas, mesmo sendo portadoras de experiências fundamentais para a compreensão da história local.

Portelli (2016) esclarece que o valor da oralidade não reside apenas na factualidade, mas nos sentidos, nas interpretações e nas subjetividades que revelam a relação entre o passado e o presente. Contudo, a ausência de práticas escolares de entrevista, recolha de testemunhos e validação pedagógica da memória oral impede que essas narrativas sejam integradas no ensino de História. Assim, mesmo num contexto rico em património imaterial, como Quelimane, a oralidade permanece fora do uso, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência histórica e da identidade cultural dos alunos.

- b) Quando recebe visitas de estudantes ou docentes, que tipo de temas históricos eles mais procuram conhecer, e em que medida sente que valorizam as fontes orais como parte legítima da pesquisa?

“Os poucos que já me entrevistaram procuram saber sobre os locais históricos da cidade” (FHO1).

“Os que raramente perguntam, costumam procurar saber sobre o processo de luta pela libertação nacional” (FHO2).

“Os locais históricos da província” (FHO3).

“Embora raro, os poucos que me aproximam procuram saber sobre o processo de luta pela libertação nacional” (FHO4).

Os depoimentos das figuras históricas participantes do estudo em Quelimane revelam que, quando ocorrem visitas de estudantes ou docentes — situação descrita como rara —, os temas mais procurados concentram-se essencialmente em dois eixos: os locais históricos da cidade/província e o processo de luta pela libertação nacional. Essa focalização temática indica que o interesse existente está maioritariamente orientado para conteúdos já legitimados pela historiografia oficial e pelo currículo escolar, em detrimento de narrativas mais amplas da vida comunitária, das experiências quotidianas e das memórias sociais locais.

O caráter esporádico das visitas confirma o argumento de Guila (2023), segundo o qual a oralidade, apesar de importante na experiência histórica moçambicana, permanece marginalizada nas práticas escolares. A preferência por temas como a luta de libertação reflete a hierarquia epistemológica descrita por Cabaço (2019), em que determinadas narrativas, frequentemente associadas ao Estado e à escrita oficial, são legitimadas, enquanto outras memórias comunitárias permanecem invisibilizadas.

Assim, os dados indicam que, em Quelimane, a oralidade é procurada de forma pontual e instrumental, mas ainda não é plenamente reconhecida como fonte histórica legítima, nem integrada de modo sistemático às práticas pedagógicas e investigativas.

III. Análise integrada dos dados (quantitativos e qualitativos)

A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos revela um quadro inquietante de fragilidade estrutural da oralidade no ensino de História numa escola em Quelimane, apesar do reconhecimento generalizado do seu valor cultural e simbólico. Os questionários indicam que o património oral existe na comunidade, mas é pouco mobilizado pela escola, evidenciado pela participação esporádica dos alunos e pela baixa utilização de fontes orais pelos professores. Essa realidade converge com as entrevistas, nas quais as figuras da memória viva relatam serem raramente procuradas e quase nunca integradas em projetos educativos sistemáticos.

Embora exista uma perceção positiva sobre a importância das fontes orais para a compreensão da história local, há um claro descompasso entre esse reconhecimento teórico e a prática pedagógica efetiva. Essa divergência aparente revela, na verdade, limitações de ordem formativa, epistemológica e institucional, que mantêm a oralidade fora do currículo e das rotinas escolares.

Compreende-se, regra geral que, a oralidade na unidade escolar onde o estudo decorreu constitui um património existente, mas pedagogicamente silenciado. A convergência entre os dados dos questionários e das entrevistas evidencia a necessidade urgente de valorizar o papel das fontes orais no ensino. Esse desiderato pode ser viabilizado através da inclusão desta matéria nos programas de formação de professores de História e não só, reformulando também as políticas educativas, alinhando-as para o respeito à identidade histórica e cultural.

Considerações finais

A presente investigação analisou os desafios e as potencialidades das fontes orais no ensino de História em uma escola secundária de Quelimane/Moçambique, a partir das perceções de alunos, professores e figuras representativas da memória viva da cidade. A integração de dados quantitativos e qualitativos permitiu compreender, de forma aprofundada, a relação entre escola, comunidade e património oral, evidenciando tensões, lacunas e possibilidades no uso da tradição oral como fonte histórica e pedagógica.

Os resultados do estudo demonstram que, embora o património oral esteja presente na comunidade e seja reconhecido como portador de valor histórico, cultural e identitário, a sua incorporação no contexto escolar revela-se frágil, esporádica e pouco sistematizada. A escola, de modo geral, mantém um distanciamento em relação às memórias locais, limitando o uso da oralidade a iniciativas pontuais, simbólicas ou

dependentes da vontade individual de alguns docentes e alunos, o que contribui para a sua marginalização nas práticas pedagógicas.

Entre os principais desafios identificados destacam-se o desaparecimento progressivo dos mais velhos sem o devido registo das suas memórias, a ausência de mecanismos institucionais de recolha, arquivo e preservação do património oral, bem como a persistente desvalorização dessas fontes, herança de uma epistemologia colonial ainda presente no sistema educativo nacional. Esses fatores comprometem não apenas a salvaguarda da memória coletiva, mas também o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, contextualizada e plural entre os alunos.

Por outro lado, o estudo evidencia importantes potencialidades da oralidade no ensino de História, sobretudo enquanto estratégia pedagógica capaz de aproximar a escola da comunidade, valorizar os saberes locais, fortalecer a identidade cultural dos alunos e promover aprendizagens mais significativas, participativas e contextualizadas. A perceção positiva manifestada por alguns alunos e professores quanto à relevância das fontes orais indica a existência de condições simbólicas e culturais favoráveis à sua integração mais efetiva no processo educativo.

Dessa forma, compreende-se que o principal obstáculo à valorização da oralidade não reside na sua ausência ou irrelevância, mas na insuficiência de políticas educativas, na limitada formação docente e na fragilidade das práticas pedagógicas que reconheçam a história oral como fonte legítima de conhecimento histórico. Torna-se, portanto, fundamental investir na formação de professores em metodologias de história oral, incentivar projetos escolares de recolha, registo e preservação da memória local, bem como promover uma articulação contínua e estruturada entre a escola e a comunidade.

Referências

- BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 14 ed. Boston: Cengage Learning, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 9788571399525.
- CAMBRÃO, Paulo. Da memória e da tradição oral à construção de uma historiografia africana. **Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento**, v. 2, n. 10, p. 1-??, 2019. DOI: <https://doi.org/10.70634/reid.v2i10.128>.
- CHIZIANE, Paulina. **A voz do cárcere**. Lisboa: Guerra & Paz Editores, 2021.
- CRESWELL, John W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2010.
- FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 4. ed. London: Sage, 2009.

- GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GUILA, Edna Maria Rafael. **Políticas públicas no campo da Educação e constituição do sujeito em solo moçambicano**: memória e oralidade pelas fissuras entre mundo oficial e não oficial. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249993>.
- HENIGE, David P. **Oral historiography**. London: Longman, 1982.
- HINDA, Osvaldo Bonifácio José; DAVID, Marcelo Terto. A oralidade como forma de existir a África: um caso de preservar o passado, o presente e o futuro das comunidades africanas. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30681/rccs.v10i1.12693>.
- HONWANA, Luís Bernardo. **Nós matámos o Cão Tinhoso** [We Killed the Mangy Dog and Other Stories]. Edição reimpressa. Maputo: Alcance Editores, 2017. Obra original publicada em 1964.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA (IEDA). **Programa do Ensino Secundário à Distância (PESD)**. Maputo: Autor, 2024. Disponível em: <https://ieda.gov.mz/site/>.
- JULIASSE, Amélia Chiziane Nakhare. Moçambique e suas complexidades educacionais: tensões e resistências nos processos de educação. **Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, e10602, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.10602>.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LITES - LANGUAGE OF INSTRUCTION TRANSITION IN EDUCATION SYSTEMS. **Mozambique final report**. Technical Report, July 2025. University of Notre Dame; Eduardo Mondlane University, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7274/28078130.v1>.
- MACHILI, Carlos. **A formação metodológica em História Oral e a documentação da memória social em Moçambique**. Trabalho não publicado. Maputo, 2020.
- MANJATE, Nataniel. **Resistência docente e desafios técnicos à implementação de História Oral: uma perspectiva moçambicana**. Trabalho não publicado. Maputo, 2023.
- MÁRIO, Samuel. **Marginalização das línguas nacionais e legitimidade da memória oral como arquivo histórico**. Maputo, 2022.
- MBEMBE, Achille. **Écrire l’Afrique Monde**. Paris; Dakar: Philippe Rey; Jimsaan, 2017.
- M’BOKOLO, Elikia. **L’Afrique noire. Histoire et civilisations. Du XIX e siècle à nos jours**. 2 ed. Paris: Hatier; Philippe Rey; Jimsaan, 1992. ISBN 9782848766010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano Estratégico da Educação 2020–2029**. Maputo: Autor, 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/519316645/2020-22-Mozambique-ESP>.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, n. 15, p. 13–49, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.
- SAMPAIO, Débora Azevedo; DANTAS, Eliana Regina Ferraz. Memória e representações: entre lembrança e esquecimento. **Revista Fontes Documentais**, v. 3, n. 3, p. 62–75, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/581/613>.

SANTOS, Silvana Maria dos; ARAÚJO, Osvaldo Rodrigues de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282>.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lorenço de Oliveira. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385 p.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006. p. 33-41.

YIN, Robert. **Case study research: Design and methods**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.